

PESQUISAS FEMINISTAS OU PESQUISAS SOBRE A MULHER?¹

WOMEN'S STUDIES OR STUDYING WOMEN?

Rose-Marie Lagrave*

Ser mulher é, para Sabina, uma condição que ela não escolheu. O que não é o resultado de uma escolha não pode ser considerado mérito ou fracasso. Diante desse estado que nos é imposto, é preciso, pensa Sabina, encontrar a atitude adequada. Parece-lhe tão absurdo reverter-se contra o fato de que nasceu mulher quanto se vangloriar por isso.

Milan Kundera,
A insustentável leveza do ser.

Introdução

Todos os inconvenientes e todos os riscos estão presentes quando se analisa um campo científico em que se está inserido. Quando, além disso, essa análise diz respeito às pesquisas sobre a mulher e às pesqui-

sas feministas, a empreitada torna-se ainda mais arriscada por vários motivos. Ela reativa um debate recorrente sobre a delimitação do que é “científico” e “não científico” acerca de um assunto delicado, devido à sua centralidade nos antagonismos sociais: as relações entre masculino e feminino. Ademais, os estudos sobre a mulher, realizados pelo movimento de *liberação* da mulher, perturbam mais do que outros a ordem científica estabelecida, pois são, ao mesmo tempo, crítica epistemológica, política e institucional da ciência que os exclui dos objetos legítimos. A esses motivos se somam as resistências à análise, próprias a essa fração feminina da comunidade científica que insiste em uma imagem irônica de si mesma, construída no movimento de liberação

* Socióloga, diretora de estudos honorária na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS – (Paris/FR). E-mail: rose-marie.lagrave@ehess.fr

1. Originalmente publicado na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 83, 1990. Este texto apresenta o primeiro balanço de uma pesquisa que, à época, encontrava-se ainda em andamento e que se apoiou em uma investigação realizada em parceria com Juliette Caniou. O comitê editorial optou por manter a normalização do original. A publicação da versão em português foi autorizada pela equipe editorial do periódico e pela autora.

da mulher, quando a noção de “sororidade” serviu para disfarçar as lutas de concorrência e de influência entre grupos militantes. Assim, este estudo é visto como uma tentativa de recuperação individual de uma realização coletiva, suspeito de revelar segredos conhecidos por todos.

Buscar objetivar um espaço no qual se está envolvido por laços indissociáveis, tanto intelectuais quanto afetivos, significa poder dizer que o pesquisador, neste caso específico, é moldado por uma história coletiva cujas consequências ele deve dominar se não quiser reintroduzir o ponto de vista de sua posição e seus próprios interesses². A única maneira de escapar da suspeita de traição ou de parcialidade é tomar como objeto o sistema e a sistematização das questões que orientam o conjunto de estratégias de grupos e agentes envolvidos nesse campo, sem esquecer que o pesquisador que almeja fazer essa descrição é ele mesmo parte interessada do sistema. Fazer essa análise sociológica é também o modo mais seguro de se distinguir da visão dominante que imputa a uma “natureza” feminina belicosa os conflitos de interesse inerentes a qualquer campo científico. Primeiramente, para compreender que o debate intelectual – cuja questão central é dar às “classes” de sexo a primazia epistemológica – abrange também as relações de força que visam impor a maneira legítima de fazer estudos sobre a mulher, é preciso rastrear a gênese e a constituição progressiva desse campo para,

em seguida, explicar a lógica de seu funcionamento.

1. A traição dos intelectuais

O movimento de liberação da mulher foi o fomento para as pesquisas sobre a mulher, pois ele construiu por muito tempo disposições a se dedicar à “causa das mulheres”, seja sob forma de militância, seja sob forma de investimento intelectual na pesquisa. Já em 1972 vemos delinearem-se diferentes tipos de reorganizações profissionais marcadas por uma preferência pela escrita, estimulada pelo novo interesse do mercado de edição pela “escrita-mulher”. Essa passagem à literatura vai progressivamente promover a reconversão de uma fração das mulheres do movimento para a pesquisa. Essa reconversão era ainda mais previsível porque, dotadas de um capital escolar elevado³, uma parte dessas militantes tinha vocação para realizar estudos sobre a mulher, buscando assim conciliar militância e pesquisa ou dar continuidade à militância por meio da pesquisa. Para o movimento de liberação das mulheres, essa reconversão é uma traição e sofre um triplo anátema: a universidade e a pesquisa são ambientes de competição profissional, apanágio dos homens, e as mulheres não devem envolver-se neles; “as intelectuais vendem a luta das mulheres à universidade e agem em benefício próprio, em detrimento do interesse coletivo; o discurso científico é, por definição, androcêntrico e

2. Em 1982, esse ponto de vista foi exposto em uma comunicação. Os títulos das quatro partes que a compunham são indicativos da posição defendida na ocasião: 1) o feminismo, revelador da história das mulheres; 2) por uma crítica feminista da pesquisa; 3) um feminismo seletivo e redutor; 4) a pesquisa não pode ser feminista; cf. R.-M. Lagrave, Les paradoxes du féminisme, in *Femmes, féminisme et recherches*, AFRER, Toulouse, 1984, pp. 909-913.

3. Em uma amostra de 80 feministas, “66 têm diploma de estudo superior; destas, mais de 40 têm diploma de doutorado”, F. Picq, *Le mouvement de libération des femmes et ses effets sociaux*, ATP CNRS, Paris, 1987.

marca uma regressão com relação ao afloramento de uma “fala das mulheres”.

Este é o relato de Françoise Picq quando ela descreve o início do Grupo de Estudos Femininos (GEF): “Originário do movimento contestador da geração de 1968, o movimento das mulheres desconfiava fortemente das ‘Instituições’, em especial da universidade... O movimento das mulheres denunciava a promoção individual e a integração e culpava aquelas que tivessem buscado ascender nessa instituição masculina... Fazer uma tese feminista era considerado por algumas como a transigência suprema, sinônimo de construção de uma carreira às custas das mulheres, do resgate de sua luta em prol das instituições masculinas... Esse era então o estado de espírito quando um certo número de feministas se uniu a universitárias para fundar na Universidade Paris VII o Grupo de Estudos Feministas. O grupo não fazia parte do currículo universitário, não era reconhecido nem financiado, mas era ligado à universidade, em cujas instalações se reunia, o que já constituía uma transgressão; ele acabaria recebendo o qualitativo de ‘Grupo Jussieu’, pelo qual era designada a corja de intelectuais, prostitutas, doutores e outras burguesas em

voga, comprados pelos editores capitalistas e patriarcais’ que as edições das mulheres não cessavam de denunciar”⁴.

Esses chamados à ordem militante são calcados na seguinte tese: “Apenas o oprimido pode analisar e teorizar sua opressão”⁵, tese comum a outros movimentos de liberação da época, como o dos negros e dos “colonizados”. A constituição de um monopólio epistemológico — apenas as mulheres podem analisar as mulheres — é a réplica inversa da denúncia feita pelo movimento ao monopólio masculino na ciência. Ele tem por função constituir os estudos feministas em domínio reservado, adotando a regra da não-mixidade.

A constituição de um monopólio epistemológico é típica de posturas intelectuais que, opondo o “vivenciado” à “ciência”, o “sujeito” ao “objeto”, reduzem todo o conhecimento seja à experiência de doxa, seja ao objetivismo. Para superar essas falsas oposições, é necessário reintroduzir na análise o senso prático dos grupos e dos agentes, não “se colocando no lugar deles”, como tende a fazer uma sociologia populista, mas analisando a lógica específica de seu conhecimento prá-

4. F. Picq, Quelques réflexions à propos des études féministes, in *Femmes, féminisme et recherches*, AFFER, Toulouse, 1984, p. 916. Françoise Picq tem uma trajetória representativa do posicionamento militante no movimento de liberação das mulheres e nos estudos feministas e participou da organização da pesquisa. Militante no grupo de mulheres *Vive la Révolution* [Viva a revolução], ela faz parte do *Groupe du jeudi* [Grupo de quinta-feira], um dos primeiros grupos de estudos feministas; uma parte dos participantes desse grupo se encontrará no *Groupe d'études féministes de Paris VII* (GEF); foi presidente da *Association pour les études féministes de Paris* [Associação de estudos feministas de Paris] (APEF). “A APEF foi criada na primavera de 1983 na sequência do simpósio nacional *Femmes, féminisme, recherches* [Mulheres, feminismo, pesquisas] (Toulouse, dezembro de 1982). Trata-se de uma associação regional, nas condições da lei 1901, que reúne mulheres que participam de estudos e pesquisas feministas e sobre a mulher, tanto as que pertencem às instituições de pesquisa (Universidade-CNRS) quanto as que trabalham de forma independente. Ela tem como objetivo organizar as trocas entre pesquisadores, promover as relações com as associações-irmãs em diversos países, ser uma ponte entre os pesquisadores e os poderes públicos em questão”. Vie des associations, Etudes féministes, *Bulletin national d'informations*, 1, automne 1987, p. 5.

5. Libération des femmes, année zéro, *Partisans*, oct.-dec. 1970.

tico. Essa espécie de “xenofobia intelectual”, que exclui “aqueles que não são” — como diz a linguagem popular —, afirma ainda, à maneira de Mao Tsé-Tung, que “os que não fizeram nada não têm direito à palavra”. Estabelecendo que apenas o agente da história pode falar, desde que domine as ferramentas teóricas para pensar “a parte concreta do pensamento”, justifica-se a figura do militante e todos os “vanguardistas”, que, transformando o conhecimento em discurso de guru, são desse modo legitimados como porta-vozes do movimento. Um monopólio não é somente epistemológico, ele é, primeiramente, monopólio social e político; nesse sentido, qualquer abordagem do conhecimento tem obrigação de ultrapassar os tabus que um pensamento estabelece para si mesmo.

Os estudos sobre a mulher se encontram, portanto, em uma relação instável com o movimento. Filiação e ruptura, fidelidade militante ou reconhecimento universitário, são algumas das clivagens constantemente

reativadas à medida que o campo se institucionaliza. É por meio das críticas à universidade a partir de maio de 1968 e graças à posição de universitárias de *rang magistral*⁶, seguindo o caminho traçado pelas “pioneiras”⁷, que os estudos sobre a mulher entram na universidade. Eles entram, contudo, pela “porta dos fundos”, a da educação continuada, em um momento em que a universidade deve administrar dois efeitos complementares: a progressão do número de estudantes e o aumento da demanda de educação continuada de mulheres que desejam voltar a trabalhar⁸. Criado em 1972, o primeiro grupo, Centro de Estudos Feministas da Universidade de Provença (CEFUP), funciona durante muitos anos de uma maneira informal, como todos os outros grupos que virão depois: o GEF, em Paris VII, em 1975; e o CLEF, em Lyon, em 1976; o Centro de Estudos Feministas de Paris VIII, em 1978; e o GRIEF, em Toulouse, em 1979. Não se pode compreender completamente essas criações em série sem traçar a auto-organização do meio.

6. (N.de T.): Antiga categoria de professores pesquisadores seniores, assim como *rang A*, que engloba, por exemplo, o *maître de conférences*.

7. Cf., por exemplo, Madeleine Guilbert, Viviane Isambert-Jamati, Evelyne Sullerot, Andrée Michel, que, sem reivindicar nos anos 1950-1960 estudos sobre a mulher, produziram uma quantidade relevante de análises da sociologia da classe trabalhadora, da sociologia do trabalho ou da família, e fizeram pesquisas empíricas e teóricas na tradição sociológica clássica, pesquisas cuja pertinência e amplitude são raras atualmente. Cf. em particular M. Guilbert, *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*, Paris, CNRS, 1966, 506 p. ; M. Guilbert, *Les fonctions des femmes dans l'industrie*, Paris, La Haye, Mouton, 1966, 393 p. ; M. Guilbert, V. Isambert-Jamati, *Travail féminin et travail à domicile*, Paris, CNRS, 1956, 226 p. Em sua trilha, Yvonne Knibiehler, Rolande Trempé, Michèle Perrot, Françoise Basch — para citar nomes menos conhecidos — garantiram a transição entre duas gerações e colocaram a serviço dos estudos sobre a mulher seu reconhecimento e seu *status* de professor, forçando assim as portas institucionais da Universidade e da pesquisa.

8. “Em um momento em que a Universidade estava em uma fase de inovação, na esteira de maio de 1968, descobrimos, umas nas outras, preocupações idênticas e começamos uma formação já em 1972, de uma maneira informal, em que apresentávamos perspectivas de diálogo entre disciplinas. Com a chegada de Françoise Giroud, obtivemos uma subvenção para a educação continuada de mulheres em 1974, com a condição de fazer um trabalho de desbravamento e propor projetos de educação continuada com finalidade profissional relacionadas a duas demandas: a formação do aconselhamento conjugal, até então feudo do planejamento familiar e feudo católico, e a formação de bibliotecária” (Em entrevista nº 9, professor de história na universidade, *agrégation*, tese de Estado, cidade do interior).

Os grupos e seminários de pesquisa

CEFUP

Centre d'études féminines de Provence
[Centro de Estudos Femininos de Provença]
Universidade Aix-Marseille
Criado em 1972, reconhecido pelo *Conselho Científico*
Revue du BIEF (2 números por ano).

GEF

Groupe d'études féminines
[Grupo de Estudos Femininos]
Universidade Paris VII
Criado em 1975, encerra em 1984-1985
Sem revista, mas corresponsável, junto com a EHESS [Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais], por Pénélope. *Pour l'histoire des femmes*.

CLEF

Centre lyonnais d'études féministes
[Centro Lionês de Estudos Feministas]
Universidade Lyon II
Criado em 1976. Biblioteca de empréstimos. Centro de documentação.
Centre d'études féminines
[Centro de Estudos Femininos]
Universidade Paris VIII
Criado em 1978, reconhecido pelo *Conselho Científico*
*Único Diplôme d'Études Approfondis (DEA)*⁹
[Diploma de Estudos Aprofundados] e Terceiro Ciclo em Estudos Feministas na França.

Séminaire limites-frontières

[Seminário limites-fronteiras]
Seminário não institucional sobre “a definição e a circulação de conceitos nas diferentes disciplinas”
Criado em 1980.

NQF

Nouvelles questions féministes
[Novas questões feministas]
Grupo em torno da revista
Criado em 1981 após a cisão com a revista *Questions féministes*, criada em 1977. Única revista ainda publicada.

CRIF

Centre de recherches, de réflexion et d'informations féministes, Paris
[Centro de pesquisas, de reflexão e de informação feministas]
Sem ligação com nenhuma Universidade
Criado em 1982

Le Bulletin du CRIF.

CRIF

Centre de recherches et d'information sur les femmes
[Centro de pesquisas e informações sobre a mulher]
Universidade Bordeaux III
Criado em 1983, reconhecido pelo *Conselho científico*.

9. N.T.: Antigo diploma de ensino superior francês que fazia parte do Terceiro Ciclo, sancionava o primeiro ano dos estudos doutorais e era etapa anterior ao doutorado de terceiro ciclo. Equivale atualmente ao segundo ano de mestrado.

GRIEF

Groupe de recherches interdisciplinaires d'études de femmes

[Grupo de Pesquisas Interdisciplinares de Estudos de Mulheres], Toulouse
Universidade Toulouse-Le Mirail
Criado em 1979, reconhecido pelo *Conselho científico* já em sua criação
Le Grief (quatro números por ano).

GEDISST

Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail
[Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e de Gênero do Trabalho]

CNRS¹⁰-IRESCO Paris

Criado em 1979

Equipe de pesquisa do CNRS desde 1983, único grupo reconhecido como equipe CNRS.

Séminaire d'histoire des femmes

[Seminário de história das mulheres]

Ecole des hautes études en sciences sociales
Seminário mensal criado em 1979

Pénélope. Pour l'histoire des femmes, publicado em colaboração com o GEF. Interrupção da publicação em 1985.

APRE

Atelier production-reproduction

[Atelier produção-reprodução]

Seminário de pesquisa mensal, funcionou durante dois anos: 1984-1985, 1985-1986
Publicou os *Cahiers de l'APRE* (seis números, encerrado em 1986).

CEDREF

Centre d'enseignement, de documentation et de recherches pour les études féministes

[Centro de Ensino, Documentação e Pesquisa para os Estudos Feministas]

Criado em 1984, reconhecido pelo *Conselho científico*

Centro de estudos feministas

Les Cahiers du CEDREF.

SIMONE

Conceptualisation et communication de la recherche femme

[Conceitualização e comunicação da pesquisa mulher]

Universidade Toulouse-Le Mirail

Criado em 1986

Centro de estudos feministas.

Por meio da realização de colóquios nacionais e internacionais¹¹ e da criação de revistas especializadas¹², o meio estrutura progressivamente grupos e forças dispersas para dar uma visibilidade coletiva aos estudos feministas, estabelecer créditos acadêmicos e obter o reconhecimento dos con-

selhos científicos. A universidade se dobra, mas não cede. Sua capacidade de resistência reativa antigas práticas do movimento das mulheres, reconvertidas à militância intelectual visando ao reconhecimento da legitimidade de um novo objeto. Ocupação regular de uma sala de aula, fidelida-

10. N.T.: Centro Nacional de Pesquisa Científica, órgão público de pesquisa multidisciplinar.

11. Cf. em especial os colóquios: "*Les femmes et les sciences humaines*", organizado pelo CEFUP em 1976; "*Les femmes et la classe ouvrière*", organizado pela Universidade de Vincennes em 1978; "*Les femmes et la question du travail*", organizado pelo CLEF, em Lyon, em 1980; as duas conferências internacionais na França e nos Estados Unidos, em 1978 e 1979, publicadas sob o título *Stratégies de femmes*, Paris. Ed. Tierce, 1983.

12. Além das revistas de cada grupo de pesquisa, podemos citar: *Les nouvelles questions féministes*, *La Revue d'en face*, *Pénélope*, *Cahiers pour l'histoire des femmes*.

de de um público numeroso e heterogêneo e perseverança das professoras são práticas que pouco a pouco delineiam um espaço específico, em que professoras e alunas são aliadas na criação de uma relação de forças e na reivindicação de um domínio específico. Essa dupla estratégia, ao mesmo tempo interna e externa, está no princípio da gênese desse campo de estudos. Tanto em Paris como nas cidades do interior, a resposta do poder universitário é o riso.

A análise dos relatos que retraçam a criação de um grupo ou de um centro mostra que o riso está presente. Abertamente verdadeiro ou verdadeiramente dissimulado, sua presença é um dos traços invariáveis das reações de hierarquia universitária em face de uma demanda de reconhecimento. Do reitor aos conselhos científicos, aos colegas, o riso tem como função social rebaixar ao nível dos “trabalhos de mulher”, do “trabalho de bordado” as pesquisas sobre a mulher e lembrá-las de que elas rompem com as regras que definem os objetos legítimos. Em consequência disso mesmo, os representantes das instituições são detentores de normas sociais cujos mecanismos Bergson revelara, mostrando que a função do riso é significar o desprezo¹³.

Mesmo incorporando as pesquisas sobre a mulher antes de 1970, pois elas eram pouco numerosas e dispersas, a universidade se defende contra a introdução de uma “entidade coletiva” em campo, reconhecendo pouco a pouco a relação de forças contra a política da ciência sem, contudo, conceder

o *status* de “ciência” aos estudos feministas. Ela consente, então, em inserir os centros sem legitimar sua atividade, com custo mínimo (gambiarra financeira, limitação dos estudos feministas a currículos pouco valorizados), sob pressão dos grupos e de uma grande demanda estudantil. Em contrapartida, esses grupos devem entrar em acordo e negociar com as regras do poder universitário, incorporando progressivamente o pensamento da instituição. A universidade, a contragosto, integra então os estudos sobre a mulher, enquanto as instituições de pesquisa, em especial o Ministério da Pesquisa e o CNRS, continuam a excluí-los.

2. Demonstração de força

A convergência entre a pressão constante de um meio cada vez mais mobilizado e uma nova conjuntura política vai permitir ao campo de estudos sobre a mulher avançar para uma nova fase no processo de reconhecimento institucional. Em 1981, a esquerda chega ao poder, com François Mitterrand, e renova alguns gestores da pesquisa. Ela estabelece procedimentos de consulta e auto-avaliação da comunidade científica para os quais os grupos de estudos feministas se precipitam sem ser convidados. O Colóquio Nacional de Pesquisa e Tecnologia, em janeiro de 1982, constitui um primeiro lugar de enfrentamento direto entre os porta-vozes dos estudos feministas – que denunciam as regras esclerosadas da pesquisa e o caráter androcêntrico das instituições e da ciência – e os representantes das instituições de pesquisa – que, almejando a

13. “O riso é antes de tudo uma correção feita para humilhar. Ele deve dar à pessoa que o motivou uma impressão desagradável. A sociedade se vinga, através dele, das liberdades que tomamos com ela. Ele não atingiria seu objetivo se fosse marcado pela simpatia e pela bondade” (H. Bergson, *Le rire*, Paris, PUF, 1940, p. 150, 1ª publicação, *Revue de Paris*, 1º e 15 de fevereiro, 1º de março de 1899).

partir daquele momento ligar demanda social e pesquisa, no entanto, excluem de seus programas e de suas propostas os estudos feministas.

Michèle Kail, membro do coletivo parisiense da Associação Mulheres, Feminismo e Pesquisas (AFFER), associação nacional encarregada de organizar o colóquio de Toulouse e de publicar seus anais, é também nomeada para o Comitê Científico da ATP Mulheres, Feminismo e Pesquisas. Na cerimônia de abertura, ela retrata a história do colóquio: «Este colóquio, devido a suas próprias ambições sociais e políticas — levar amplamente em conta a demanda social, insistindo na mudança de mentalidade —, constituía um local privilegiado para fazer com que fôssemos ouvidas e, se possível, compreendidas... Atuando em condições difíceis, por vezes realmente hostis, diante de plateias majoritariamente masculinas, nós demonstramos, em muitas comissões, a necessidade de levar em conta esse novo campo de pesquisa, insistindo nas características que constituem sua especificidade... Em 12 de janeiro de 1982 foi realizada, nas instalações do Ministério da Pesquisa e da Tecnologia — instalações cuja importância simbólica não passara despercebida a nenhuma de nós —, uma oficina que reuniu mais de 200 participantes vindas de Lyon, Grenoble, Aix, Marseille, Toulouse, Nantes, Tours, Lille, Paris. Pela primeira vez na França, nós — pesquisadoras, professoras, estudantes, profissionais — tivemos a oportunidade de nos encontrar, ligar os nomes às pessoas, trocar nossas experiências, confrontar nossos pontos de vista”¹⁴.

Entretanto, só é possível compreender completamente a rapidez do poder científico em reconhecer os estudos feministas se levarmos em conta o jogo de afinidades seletivas e conflituosas que ligavam os porta-vozes desses grupos aos novos representantes da política de pesquisa. Eles estavam ainda mais predispostos a reconhecer esses estudos porque conheciam os pesquisadores, seja coletivamente, seja individualmente, ou porque eles mesmos, por sua atividade científica, eram parte interessada do campo¹⁵. Essas homologias de interesses e uma maior proximidade dos pesquisadores com o poder político (Ministério dos direitos da mulher, Partido socialista, etc.) aceleraram um processo de legitimação que encontra seu desenlace no colóquio Mulheres, Feminismo e Pesquisas, realizado em Toulouse, em 1982, sob a égide do Ministério da Pesquisa e da Indústria e do Ministério dos Direitos da Mulher. O colóquio de Toulouse (800 participantes, 139 comunicações) constitui a certidão de nascimento praticamente ritualizada do campo de pesquisas sobre a mulher, ao mesmo tempo que realiza o trabalho de luto do movimento feminista. A duplicidade institucional, social e política que norteou o colóquio serviu para mascarar sua função fundamental, a de ser um filtro entre movimento social e pesquisa, apesar de os discursos oficiais legitimarem a ligação entre os dois.

Em seu discurso de abertura, Maurice Godelier justifica o reconhecimento institucional desse campo de estudos com sua dupla posição de antropólogo e diretor do Departamento de Ciências do Homem e da Socie-

14. M. Kail. Histoire du Colloque, in *Femmes, féminisme et recherches*, op. cit., pp. 18-20.

15. É o caso de Maurice Godelier, diretor do Departamento das Ciências do Homem e da Sociedade no CNRS, que publica um livro, *La production des grands hommes. Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*, Paris, Fayard, 1982, 370 p.

dade do CNRS: “Eu gostaria primeiramente de destacar, como acaba de fazer a representante do Ministério dos Direitos da Mulher, que este colóquio marca uma data histórica. Ele constitui uma etapa agora irreversível no movimento, que levou ao reconhecimento do caráter legítimo e necessário das pesquisas relativas às relações homens/mulheres, pesquisas feitas com espírito militante, pesquisas feministas destinadas não somente a explicar um estado de fato, mas a transformá-lo. Significa também que algo mudou e vai ainda mudar no funcionamento dos órgãos de pesquisa, nas instituições oficiais de pesquisa na França. Eu arriscaria dizer um duplo-título. Falo em primeiro lugar como etnólogo, que dedicou muitos anos à análise das relações homem/mulher em uma sociedade sem classes da Nova Guiné e escreveu um livro cujo objetivo é precisamente estudar essa sociedade unicamente sob esse desse ponto de vista, em todos os sentidos, da vida social, examinando o lugar dos homens e das mulheres na produção, nas formas de poder, nas relações sexuais, no pensamento e no mundo simbólico¹⁶.

Em Toulouse, os conflitos estão longe de serem somente científicos; pesquisadores e militantes se confrontam, mas se vê a instauração de relações de força entre eles para ocupar cargos de responsabilidade na estruturação, seleção e controle do campo dos estudos feministas. As demonstrações de força com relação aos poderes institucionais são acompanhadas por lutas dentro do campo; todos os grupos são capturados em uma malha de relações de força que vão provocar a evolução do campo, normatizando-o. “O colóquio de Toulouse também serviu de aber-

tura para algumas universidades, especialmente do interior. Muitos grupos mencionam os efeitos desse colóquio sobre os conselhos científicos ou em relação aos reitores, a partir daquele momento mais dispostos a reconhecer e financiar os grupos de pesquisa, já que “Paris” e o “CNRS” deram seu aval.

Essa é a história contada por uma das fundadoras do CRIF de Bordeaux, “criado em 1982-1983 diretamente na sequência de Toulouse”: “Fui a Toulouse com três mulheres da área da literatura que pertencem a esse centro. Foi por acaso, completamente por acaso, porque havia ocorrido um problema de comunicação para esse evento, quando não havia grupo constituído. O CNRS tinha feito a difusão, e o anúncio oficial tinha chegado em uma moça que não tinha nenhum envolvimento com isso. Foi então por acaso que fomos de forma dispersa. Estávamos entusiasmadas, especialmente pelo discurso inaugural de Godelier, que disse que era absolutamente necessário criar centros de pesquisa sobre a mulher e que ele encorajava essa criação. Quando voltávamos de trem de Toulouse, começamos a matutar, e foi então, voltando de Toulouse, no trem, que tivemos a ideia de nos juntar e criar algo. Não era de forma alguma um projeto ambicioso, não queríamos fazer um enorme centro de pesquisa, mas era ambicioso na medida em que na época havia ideias que persistem até hoje em algumas mulheres: a de criar centros de pesquisa nas universidades, de ter também associações abertas a todas as mulheres e de que a pesquisa se alimentasse da ação. Era a grande questão debatida em Toulouse, onde tinha havido confrontos, demarcações que ainda existem: há mulheres, sobretudo no CNRS, para quem a pesquisa é uma profissão, e outras que não

16. M. Godelier, Discurso inaugural, Anais do colóquio nacional “*Femmes, féminisme et recherches*”, *op. cit.*, pp. 7 e 8.

querem separar a pesquisa da ação, o que resulta em uma pesquisa de campo sobre a mulher. Tínhamos essas duas ideias e nós quatro fomos adiante e, sem nenhum recurso, decidimos criar bases locais; fizemos tudo ao contrário, fizemos um trabalho de loucas. Era preciso criar um centro de pesquisa universitária. Criamos. Qualquer um pode criar um centro de pesquisa, mas, para ter um mínimo, é preciso ser reconhecido para ser incluído no orçamento da pesquisa pelo Conselho Científico. No final do ano, fizemos um dossiê e enviamos ao CS. E mais: tínhamos escrito a Godelier para anunciar a criação do centro; recebemos uma carta de felicitação e encorajamento. Essa carta teve um papel muito importante, pois ele era diretor do Departamento das Ciências do Homem. (Entrevista nº 18, professora de literatura na universidade, título de *agrégation*, tese de Estado¹⁷, cidade do interior).

Depois de Toulouse, o meio se organiza em associações regionais de pesquisa, e suas representantes negociam com as instâncias científicas nacionais para estabelecer um comitê transversal nacional interdisciplinar no âmbito do CNRS. As resistências institucionais mais duras sofrem abalos e passarão a ocorrer dali em diante de formas muito mais sutis.

3. O trabalho de normatização

Em 1983, uma Ação Temática Programada (ATP nº 6) intitulada Pesquisas sobre

as Mulheres e Pesquisas Feministas é criada. Seus objetivos são claramente anunciados pelo diretor do Departamento das Ciências do Homem e da Sociedade do CNRS:

O CNRS lançará em 1983 um programa de pesquisas sobre a mulher e as pesquisas feministas. Para vocês e para mim, esse programa significa no mínimo três coisas:

- em primeiro lugar, reconhecer a importância científica desse campo;
- em segundo lugar, afirmar a legitimidade de um ponto de vista militante, de um ponto de vista feminista, de um ponto de vista que não se contenta em acumular análises da realidade com o único objetivo de conhecê-la, mas que afirma não querer aceitar essa realidade como ela é, querer transformá-la, eliminando os elementos de dominação e opressão social que ela contém;
- Em terceiro lugar, fornecer pela primeira vez, além dessa dupla legitimação científica e social, um auxílio material, mantido durante muitos anos, a projetos rigorosamente selecionados sobre temas prioritários, cuja escolha terá sido feita após uma ampla consulta/discussão coletiva.

Esse programa, que retoma em todos os pontos as expectativas dos grupos, relança o debate sobre os critérios de cientificidade. Dentro do comitê científico da ATP, encarregado de selecionar os projetos, a polêmica é viva¹⁸. Dois campos se confrontam: os “legitimistas” querem garantir a respeitabilidade

17. N.T.: Tese elaborada em um Doutorado de Estado, formação que não existe mais. Era realizada em etapa posterior à da Tese de Terceiro Ciclo, podendo durar muitos anos e conferindo ao professor-pesquisador, após sua defesa, o mais alto grau acadêmico.

18. O comitê científico da ATP nº 6, “*Recherches sur les femmes, recherches féministes*”, como outros comitês, compreende membros nomeados e membros eleitos. É exclusivamente composto por mulheres, salvo um gestor do Departamento das Ciências do Homem e da Sociedade. De 20 membros, 3 são representantes nomeados pelas instituições, dos outros 17, 9 são *rang A* e 8 de *rang B*.

acadêmica dos estudos sobre a mulher e defendem a aplicação de critérios de seleção do CNRS; os defensores da ligação entre movimento social e pesquisa advogam, ao contrário, a aplicação de critérios de derrogação. A análise das características dos projetos selecionados mostra, no entanto, que as normas do CNRS prevalecem amplamente.

De 152 respostas à ATP, 34 projetos foram escolhidos. As chances de seleção eram maiores quando se tinha um *status* profissional, se pertencia a uma instituição e se conheciam as regras de apresentação de um projeto científico. Das 152 pesquisadoras que responderam à primeira chamada de 1983 e cujo *status* e a posição hierárquica pudemos identificar, somente 14 não exercem a profissão de pesquisadora ou não são universitárias. A vontade de não separar pesquisa dentro da instituição/pesquisa fora da instituição que havia em Toulouse é definitivamente abandonada em benefício da pesquisa institucional. À exceção dessas 14 (advogadas, professoras de séries iniciais, educadoras, psicólogas), 23 são de *rang A*, 62 de *rang B*, as outras são ITA19 ou professoras do ensino secundário. Entre elas, 135 mencionaram seu nível de estudos universitário: 23 defenderam uma tese de Estado, 96, uma tese de terceiro ciclo²⁰ e 24, com diploma de *agrégation*²¹; 10 têm mestrado e 6 graduação. A

maior parte das “candidatas” é formada em Letras ou História, tanto as de *rang magistral* quanto as de *rang B*. As responsáveis pelos projetos de pesquisa são, no conjunto, as que têm mais títulos e com um nível hierárquico mais elevado do que as outras participantes do projeto. Inversamente, as que não dominam as regras do jogo, aquelas que, como em Toulouse, acreditaram nas “promessas”, isto é, que esse campo de estudos funcionaria com regras derogatórias, são excluídas dos benefícios da ATP.

A ATP é então a resposta ao Colóquio de Toulouse. O reconhecimento institucional impõe a submissão às suas regras e o triunfo da lógica institucional sobre a lógica militante: “O critério da competência veio em primeiro lugar e o processo de seleção foi muito rigoroso. Sempre há projetos que se perdem pelo caminho. Como essa ATP é uma novidade e foi muito questionada dentro do próprio CNRS, quisemos nos cercar de todas as garantias... Certamente apostamos sobretudo nas pesquisadoras profissionais. Além disso, com certeza, as pessoas ligadas à instituição sabem redigir melhor os projetos”²². A normatização por parte da ATP não se fez de maneira brusca, mas de forma dissimulada, pela seleção de alguns projetos que derogam as normas legítimas. As instâncias da pesquisa levaram

19. N.T.: O rang B diz respeito a professores-pesquisadores juniores, categoria que compreende, por exemplo, os assistentes. ITA são Engenheiros, Técnicos, Administrativos, categoria profissional do CNRS, juntamente com os pesquisadores, cujas atividades eles acompanham.

20. N.T.: Tese elaborada durante o Terceiro Ciclo, antiga formação que corresponde hoje à formação doutoral. A duração era de um a dois anos. Após a defesa, o pesquisador podia concorrer a cargos mais altos, como *maître de conférences*; foi substituída pela tese de doutorado.

21. N.T.: Concurso de seleção de professores para o ensino secundário ou superior no sistema público de ensino francês; quando aprovados no exame, os candidatos são chamados de *professeur agrégé*.

22. Explicações dadas por Michèle Perrot, nomeada no comitê científico da ATP, relatadas em um artigo de M. El-Mehalawi-Nouet, Recherche féministe: les fruits de Toulouse, Repères, Agence Femmes Information, 100, 1º de abril de 1984, p. 9.

os pares-concorrentes a assumir a avaliação dos projetos; uma fração desses avaliadores, pouco antes ainda rebelde à ortodoxia científica, tinha internalizado os critérios da cientificidade admitidos pelo CNRS. Essa seleção teve como consequência a constituição da lei da maioria. Criou-se então uma relação de forças, em caráter de legitimidade, para abafar qualquer contestação radical, assegurando o concurso dos contestadores²³. O trabalho de normatização se deu também através das práticas da pesquisa, desenvolvendo disposições a investir na carreira pessoal e na pesquisa profissional.

Tanto nas cidades do interior quanto em Paris, o isolamento do trabalho individual de elaboração de uma tese ou da escrita de um livro é fatal para os grupos de pesquisa e para a sobrevivência do campo como um todo, do qual se abdica em prol da salvação individual. Com exceção dos grupos cuja atividade principal está ancorada em um centro de documentação e daqueles recém-criados, os outros grupos dizem estar “em pausa” ou em fase de discussão para

decidir sua continuidade. Chega-se em uma etapa em que o trabalho coletivo é considerado pesado demais a partir do momento em que cumpriu a função de afirmar uma existência coletiva, inventar um campo de estudos. São raras as que dizem ainda querer investir e batalhar pela sobrevivência coletiva dos estudos sobre a mulher. Além das razões já mencionadas – a fadiga de ter de militar sem parar para reafirmar a legitimidade do campo, nunca totalmente alcançada –, parece que a ruptura entre movimento social e estudos sobre a mulher, como consequência da normatização institucional, expulsou a força externa do campo, o ímpeto militante capaz de impulsionar e garantir sua propagação. O preço a pagar pelo reconhecimento institucional é a conformidade das práticas às normas universitárias indissociáveis de um retorno ao individualismo. Um a um, os projetos coletivos caem por terra: uma única revista, *Les nouvelles questions féministes*, continua a ser publicada regularmente, enquanto outras obras e assinaturas coletivas cedem a livros e artigos assinados individualmente.

23. Esse trabalho de normatização não é feito sem tensões não só entre os membros do comitê científico mas também para cada participante, entre os quais muitos dizem ter tido consciência de ter caído na armadilha da instituição.

“Você não vai entrar para a história”

Nesse momento era impensável fazer uma carreira universitária e se casar. Mesmo quando eu quis fazer o concurso da agrégation, não faltaram pessoas para me dizer: ‘Mas você não tem medo de que isso a impeça de se casar?’. Eu fiz a agrégation mesmo assim e encontrei alguém para casar comigo. Quando anunciei o casamento, o reitor da universidade, que gostava muito de mim, porque na verdade eu era sua melhor aluna, disse: ‘Ah! Estou feliz por você, mas você não vai entrar para a história!’. Em outras palavras, ensinaram-me que eu devia me dividir em duas e destruir uma das metades. Como todos sabem, naquele momento, não tínhamos o nível de consciência que adquirimos desde então. Se aquelas pessoas importantes me diziam isso, provavelmente elas tinham razão, ainda mais que eu queria muito ter filhos. Penso que não é por acaso que a maternidade está no centro de minha pesquisa; é porque para mim era algo indispensável. Acredito que se não tivesse tido filhos, não teria conseguido encontrar estabilidade de verdade, um real equilíbrio; talvez tivesse adotado, não sei. Graças a Deus, tive três e naquele momento eu estava tão contente, estava feliz de verdade e não pedia mais nada. Abandonei a história sabendo que aquele professor esperava que eu fizesse minha tese e que ele pensava que eu a faria com facilidade. Muito jovem na carreira, eu tinha futuro, mas o abandonei sem o menor arrependimento, porque outra coisa me atraía. Eu gostava de História, gostava do trabalho que podiam me fazer desenvolver, mas gostava ainda mais do que me aguardava, e então eu não sofri de verdade. Fiquei radiante com a gravidez e realmente feliz com meus bebês. E então o tempo passou. Eu tinha ficado no secundário, onde depois de dez anos comecei a achar que me repetia, visto que, sob o pretexto de que eu era agrégée, me trancaram no ensino médio, no primeiro, segundo e terceiro anos. Tirei um ano de licença sem salário. Fui à universidade ver o que estava acontecendo e encontrei lá um de meus ex-professores, que, sem mentira, após vinte anos me reconheceu como se tivéssemos nos despedido na véspera. Isso me tocou. Além disso, era o momento da democratização – demografia e democracia – os dois, da grande onda dos anos 1960, e assim me disseram: “Puxa vida, você não gostaria de vir como chargée de cours?”²⁴, já que aqueles senhores tinham até 800 trabalhos para corrigir, era uma tarefa impossível. Bom, eu tinha os títulos necessários, tinha produzido um ou dois artigos que provavam que eu não tinha rompido totalmente com a pesquisa e vim à Faculdade como chargée de cours e assistente²⁵. Naquele momento eu pensava em fazer somente uma tese de terceiro ciclo, pensando que isso era suficiente para melhorar minha titulação. Mas rapidamente percebi que a tese de Estado estava ao meu alcance e quando falei com o reitor da universidade sobre o assunto – eu tinha quarenta anos –, ele caiu na risada e disse: ‘Hahaha! Senhora, não se

24. N.T.: Professor do ensino superior que não é titulado.

25. N.T.: Nos anos 1970, um assistente era um professor que estava preparando um doutorado de terceiro ciclo ou um doutorado de Estado.

escreve uma tese de Estado quando se tem quarenta anos, quando se tem três filhos', como quem diz 'você só pode estar brincando, não vai conseguir'. Bom, ele pisou nos meus calos. Eu disse a mim mesma: 'Você vai ver, meu caro'. Além do mais, é verdade que meus filhos já estavam um pouco maiores e que eu me considerava capaz.

Portanto, precisamos dizer isso às mulheres, que não é verdade que perdemos nossas capacidades intelectuais. Tinha mais de 40 anos e recuperei minhas capacidades com uma facilidade e um entusiasmo instantâneo e mergulhei nessa tese de história. Os homens levam dez anos, eu levei oito, mesmo cuidando sozinha da casa, porque não podia contar com meu marido. Não é culpa do coitado, pessoalmente, é uma organização social. Eu carregava tudo nas costas, mas uma vez, com raiva, eu disse a ele: 'do papel higiênico ao papel do imposto, sou eu que faço tudo'; a partir daquele momento, ele passou a se ocupar do papel do imposto'.

(Entrevista nº 9, professora aposentada de história da universidade, agrégation, tese de Estado, cidade do interior)

No lugar das regras existentes no movimento das mulheres (pesquisa anônima e coletiva, dentro e fora da instituição, tentativa de abolir as relações de hierarquia entre os grupos, crítica e zombaria da ciência como ciência estabelecida), entram agora as normas universitárias dominantes. Embora a conformidade à visão legítima tenha sido uma das condições do reconhecimento do campo de estudos sobre a mulher, as instâncias universitárias e de pesquisa não reconheceram, em contrapartida, os estudos sobre a mulher como objeto legítimo. O pacto implícito foi rompido. Apesar do trabalho de normatização, esses estudos permanecem estigmatizados como ciência militante.

4. Um campo de estudos desvalorizado

A normatização acadêmica não se exerceu de forma homogênea sobre grupos e indivíduos. Ela transformou as práticas do trabalho científico, mas, dependendo da distribuição do capital universitário ou do

capital militante acumulados anteriormente, os pesquisadores estavam mais dispostos a consentir a essa normatização quando já seguiam essas normas ou estavam dispostos a integrá-las. Para compreender que as estratégias adotadas por esses grupos são determinadas pela estrutura do campo de estudos sobre a mulher, é preciso primeiro analisar os poderes atuantes. A retórica da ciência imposta pelo campo científico está na base da estruturação e da desvalorização dos estudos sobre a mulher e atribui a cada grupo suas estratégias.

Os sinais da desvalorização dos estudos sobre a mulher são muitos. A análise da população de pesquisadoras selecionadas para esse pré-levantamento (considerando que 152 pesquisadoras responderam à chamada da ATP em 1983 e 29 pesquisadoras eram responsáveis por grupos de estudos sobre a mulher) mostra que a maioria delas não tem o perfil legítimo. Nos 152 dossiês, as candidatas se dividem de maneira praticamente igual en-

tre *rang B* (62 *chargées de recherche* e *maîtres de conférences*²⁶), *ingénieurs d'études*²⁷ e assistentes (68 ITA, assistentes e professoras do secundário). 22 candidatas são de *rang magistral* (14 professoras da universidade e 8 coordenadores de pesquisas do CNRS). No entanto, das 29 pessoas entrevistadas, 6 são professoras universitárias; 14 são *maîtres de conférence* ou *chargées de recherche*; 8 são assistentes ou *ingénieurs d'études*; uma é professora do ensino secundário; 11 são *agrégées*; 8 têm uma tese de Estado; nenhuma vem de uma ENS²⁸. Essa população, que precisaria ser comparada com a população universitária feminina das mesmas gerações, adota, além disso, estratégias de publicação bem específicas. A análise dos trabalhos de pesquisa da ATP encontrados em seus *curriculum vitae* mostra que os relatórios e publicações coletivas são norma tanto em termos de literatura cinzenta quanto de artigos e publicações. Em 132 currículos, contaram-se 73 publicações coletivas; 33 pesquisadores publicaram ao menos um livro individualmente. Examinando as editoras, vê-se que a preferência é dada as de origem “militante” (Syros, Montalba, l'Hartmattan, Maspero, le Sycomore, La Découverte, Rivage, Tierce) enquanto apenas 4 publicações são da Gallimard, mas não tratam de questões da mulher. O peso da literatura cinzenta em relação às publicações mostra uma acumulação de trabalhos não visíveis, entre os quais alguns são parcialmente publicados em revistas criadas pelos grupos (*Revue du Bief*, *Cahiers du GRIEF*, *Pénélope*, *Nouvelles questions féministes*, *Revue d'en face*, *Cahiers de l'APRE*, *Sorcières*, *Cahiers du*

Club Flora Tristan), ou mais amplamente na revista *Les Temps modernes*, que abria espaço a essas pesquisas sob forma de números especiais ou de uma seção regular. A internalização do caráter dominado e desvalorizado dos estudos feministas pelos pesquisadores está na origem das estratégias adotadas por essas universitárias. Por exemplo, algumas delas acabam investindo em excesso em seu trabalho para serem “levadas a sério” ou não mencionam as publicações sobre a mulher em seu currículo. Outras ainda se distanciam dos estudos sobre a mulher, reivindicando trabalhos sobre “relações sociais de gênero”, de modo que esse subcampo de estudos é parcialmente um espaço de “trabalho clandestino” e de literatura cinzenta.

Subcampo dominado do espaço universitário, com pouca autonomia, pelo menos no início, em relação ao movimento social, o campo de estudos sobre a mulher produz e impõe a todos os agentes um tipo específico de interesse: definir uma ciência das relações sociais entre os sexos inseparável do interesse social e político de defesa, por meio da pesquisa, da “causa das mulheres”, garantindo, ao mesmo tempo, tanto a respeitabilidade acadêmica quanto o reconhecimento militante. As lutas para impor a definição dos estudos feministas e a delimitação do espaço de discurso são determinadas pela distribuição social dos poderes entre os agentes com mais experiência para orientar a política e a definição dos estudos feministas. Podemos perceber claramente a composição dos poderes atuantes se estabelecermos uma

26. N.T.: Respectivamente, categoria responsável apenas pelo trabalho de pesquisa e categoria superior de professor-pesquisador.

27. N.T.: Pesquisador de órgãos públicos de ensino e pesquisa de diversas áreas, desenvolve estudos de técnicas e métodos aplicados à instituição em que trabalha e pode assumir cargos de ensino e administração.

28. N.T.: École normale supérieure (ENS), estabelecimento público de educação superior, altamente prestigiado, que forma pesquisadores e professores de disciplinas literárias, científicas e tecnológicas.

relação entre o pertencimento institucional (Universidade, CNRS, EHESS, centro de pesquisa mais ou menos prestigioso) e o poder detido na instituição (posição do título acadêmico, responsabilidades exercidas na administração científica e nas comissões editoriais das revistas) com a frequência de nomeação das pessoas que têm poder, de acordo com as narrativas que retraçam a história dos grupos e a trajetória individual.

Ter poder no subcampo dos estudos sobre a mulher é estar bem colocado no campo universitário, trabalhando para manter-se nele e ganhar notoriedade e, ao mesmo tempo, dedicando-se ocasionalmente aos estudos feministas. O título de professor titular e uma legitimidade conquistada anteriormente abrem a possibilidade para orientar uma política de pesquisa sobre a mulher e para servir de mediador com a instituição universitária. Os universitários de *rang magistral* detêm algumas características que atuam no campo dos estudos sobre a mulher: uma competência científica reconhecida, uma posição institucional garantida que lhes permite assumir riscos calculados e uma ação pedagógica com o público dos estudantes para garantir a propagação do campo. O capital militante adquirido no movimento das mulheres ou nas lutas políticas para estabelecer pesquisas sobre a mulher dá também poder sob a forma de reconhecimento de dívidas para com os pesquisadores que usaram de seu tempo para negociar com as instituições, para organizar o meio, para trabalhar pela sobrevivência do campo. O fato de encontrarmos essas características entre os professores ou pesquisadores nomeados ou eleitos para o Comitê Científico da ATP mostra sua eficácia. Por essa razão,

o Comitê concentrou todos os poderes socialmente reconhecidos no campo, inclusive o de dispor de informações que nem os centros, nem os pesquisadores que trabalhavam sozinhos tinham. As lutas para conciliar posições inconciliáveis, para definir a classificação de projetos e, por essa mesma razão, definir os estudos sobre a mulher mostram que o funcionamento desse comitê atua como modelo e prefácio à análise da estruturação desse campo dominado, no interior do qual se distinguem polos nobres e polos desvalorizados.

5. Fiéis e hereges

O debate recorrente sobre a distinção entre pesquisas feministas e pesquisas sobre a mulher e a indicação, nos títulos dos centros, do termo “mulher” e “feminista” se devem mais à posição que os grupos ocupam no campo, às formas de investir nele ou de não investir e às finalidades científicas ou políticas atribuídas à pesquisa do que às problemáticas realmente presentes nas pesquisas²⁹. Se organizarmos os grupos de acordo com as divisões atuantes no campo (mulher-feminista, institucional-não institucional; ligação com o movimento social-sem ligação; capital científico-capital militante; pesquisa teórica-pesquisa aplicada), que têm em comum o fato de serem o produto da retórica da cientificidade, vemos delinearem-se dois polos extremos e um espaço intermediário entre os quais se distribuem os grupos e os indivíduos com características e interesses bem diferentes. Os posicionamentos para definir os estudos feministas se relacionam às posições que cada grupo ocupa nesse espaço. Cada posição é estruturalmente combinada

29. Seria necessário proceder a um balanço científico da ATP e da produção dos grupos para estabelecer uma relação entre o conteúdo das pesquisas, as problemáticas e as teorias utilizadas com as diferentes posições ocupadas pelos grupos dentro do campo de estudos.

com as outras sob forma de possibilidade de colaboração ou de distância máxima, dividindo em campos opostos o universo da pesquisa, que encontra seu equilíbrio estrutural na existência de um tipo de “zona-tampão”.

O polo da pesquisa ortodoxa é representado pelo GRIEF de Toulouse, o Seminário de História das Mulheres da EHESS e, em menor medida, pelo Centro de Estudos Feminis-

nos de Paris VIII. O polo militante é constituído pelo CLEF, o Seminário Limites-Fronteiras, o grupo SIMONE, o CRIF de Paris e pelo grupo envolvido com a revista *Nouvelles questions féministes*. Entre esses dois polos, o GEF, o CEDREF, o GEDISST, o CRIF de Bordeaux III, o CEFUP e o Ateliê Produção-Reprodução (APRE) formam um espaço intermediário mais heterogêneo, que oscila entre duas posições extremas.

Como a história das mulheres chega até as mulheres

Eu tinha tido mais chance com os homens do que Monsieur Seguin com suas cabras!³⁰ Meu pai era sem dúvida excepcionalmente feminista para sua geração; ele admirava minha mãe e, de maneira geral, pensava que o futuro pertencia às mulheres, a quem ele julgava globalmente mais inteligentes e sobretudo mais corajosas e combativas do que a média dos homens. Ele participava, em suma, dessa velha crença da salvação pelas mulheres, perpetuamente ressurgente, cheia de ambiguidade, que recobre com frequência um grande medo das mulheres, que se tornaram sexo forte, e pode acabar por colocá-las, em pedestais ou em outros lugares, excelente alibi para rejeitar suas reivindicações imediatas. (...)

Ernest Labrousse foi o melhor dos “patrões”. Devo muito a seus encorajamentos. Se não fosse por ele, sem dúvida eu jamais teria ousado fazer pesquisa e pensado em fazer uma “carreira” universitária. Quando eu era estudante, a ideia de que eu pudesse, um dia, escrever nos Anais, por exemplo, me parecia uma ambição totalmente desmedida, verdadeiramente inconfessável. Será que para realizar projetos as mulheres teriam sempre necessidade de um salvador? Aí temos um problema.

Enfim, a maioria dos meus colegas — a começar por aquele com quem casei — tinha uma representação bastante igualitária do casal. Em nosso pequeno grupo de amigos, em Caen, zombávamos do lar burguês, e as mulheres tinham uma autonomia cotidiana e profissional equivalente à de seus companheiros, cujas carreiras, por exemplo, não eram colocadas em primeiro plano. A questão da relação dos sexos não era, por outro lado, central em nossa visão; considerávamos muito mais o social. Contudo, fatos secundários manifestavam divisões, como a leitura do Segundo Sexo; enquanto as mulheres se identificavam prontamente com Simone de Beauvoir, os homens geralmente a julgavam bastante seca e temível. Será que éramos mais doces, como convinha em 1950-1960? Mas nossos problemas estavam em outro plano. Pensávamos que o infortúnio não tinha sexo.

30. N.T.: Referência ao conto de Alphonse Daudet (1840 – 1897), *La Chèvre de monsieur Seguin* (1869), que narra a história do senhor Seguin, cujas sete cabras fogem, uma a uma, apesar de seus cuidados, para experimentar a liberdade da montanha e acabam devoradas pelo lobo durante a noite. A frase que abre o conto é: “O senhor Seguin nunca teve sorte com suas cabras...”.

No plano profissional, não encontrei realmente obstáculo. Minha nomeação como assistente na Sorbonne, contudo, tinha levantado algumas objeções; alguns, segundo me disseram, tinham lamentado o fim daquele clube masculino que até então fazia parte da história contemporânea; mas como eu tinha sido incorporada a um instituto de pesquisa, não era muito vista. Fazer uma tese longa me convinha bastante, no fundo; eu gostava dos arquivos e da sensação de ter tempo... Em seguida, fui amplamente beneficiada pela expansão dos anos 1970.

Essa oportunidade individual não incitava realmente a reivindicar. Mascaramento a situação real, ela me impedia de tomar consciência. Por outro lado, meu modelo era claramente masculino; eu aspirava à igualdade mais na assimilação do que na diferença. O mundo das mulheres me atraía pouco. Eu achava o Cours Bossuet³¹ retrógrado, e sua piedade, melosa; em certo sentido, a austeridade mística da guerra me pareceu mais viril. (...)

Moldada na moral e na culpa, minha educação tinha me preparado para consentir. Ela tinha me inculcado uma noção de sacrifício que me levava mais à retração e à aceitação do que à negação. Dizer "eu" sempre foi difícil; em certo sentido, talvez eu tenha feito História para não falar de mim, até mesmo para não pensar nisso. Dizer 'não' muitas vezes foi duro, mesmo em detalhes do dia a dia e com relação a pequenas coisas. Eu tinha pavor de enfrentamentos, de conflitos. Minha resistência (no fundo, mesmo assim fiz praticamente tudo que eu queria ou acreditava querer) era silenciosa e obstinada, da ordem da inércia e da astúcia — justamente a que dizem ser 'feminina'. Bem criada, fina e requintada e tremendamente 'gentil'. Efeito perverso de uma educação feminina, essa gentileza que cola em minha pele como se fizesse parte de minha essência, que às vezes me vontade dá de ser violenta e grosseira (mas teria que ter quinze anos!), com certeza suavizou minha vida, meu estilo e meu pensamento. Uma certa falta de ambição me fez escolher as vias sem risco da escola, uma relativa inibição com relação ao poder (formal, institucional, político, de que sempre fugi) se misturam a essa renúncia insuflada nas mulheres, para as quais 'está sempre tudo bem'. (...)

Mas levei bastante tempo para discernir as raízes e os mecanismos disso; para compreender sobretudo que é uma história comum às mulheres e que a relação dos sexos é uma estrutura elementar da história. Por tudo isso, sou grata ao movimento das mulheres, essa realidade contemporânea multiforme que ultrapassa infinitamente as organizações formais.

No entanto, ainda que deseje contribuir para essa reavaliação da visão histórica, não almejo me tornar uma especialista em mulheres e menos ainda estabelecer a história das mulheres como especialidade. Na minha opinião, nada seria mais perigoso do que a criação de domínios reservados — o território da historiadora, novo gueto em que as mulheres se confinariam, no prazer de estar entre elas, excluindo qualquer forma de confronto e, por consequência, qualquer influência. E, por fim, não há "ciência feminista", do mesmo jeito que não existe "ciência proletária". Nem a ortodoxia de Jdanov nem Jdanova! Se a relação entre sexos é uma dimensão essencial, e reprimida, da evolução social, sua inclusão deveria, ao expandir o campo de nossos questionamentos e de nossa percepção, renovar nossa compreensão da história.

M. Perrot, *L'air du temps*, in *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard, 1978, pp. 289-292.

31. N.T.: Grupo escolar de base católica.

Pode-se caracterizar a primeira classe de grupos – o polo da pesquisa ortodoxa, defensor de uma estratégia de integração às instituições de pesquisa e de ensino – pela recusa explícita de ligar militância e pesquisa, construída em termos de princípio e na prática, e pelo interesse comum de consolidar ou alcançar uma respeitabilidade científica, conformando-se à definição legítima da pesquisa. Suas siglas trazem a palavra “mulher”, e não o termo “feminista”, sinônimo de uma vontade de romper com qualquer forma de ciência militante. Esses três grupos (GRIEF de Toulouse, Seminário de História das Mulheres da EHESS, Centro de Estudos Femininos de Paris VIII) são compostos unicamente de professoras e pesquisadoras, sem alunos, profissionais ou militantes. Literatas, filósofas ou historiadoras, essas professoras – que são mais comumente de *rang A* ou *B* do que as de perfil militante e que têm com frequência um título de *agrégation*, uma tese de Estado ou de terceiro ciclo – não se especializam nos estudos sobre a mulher, mas contam, como vimos, com uma legitimidade científica que vem de um investimento em uma outra pesquisa. Com exceção de algumas professoras do Centro de Estudos Femininos de Paris VIII, a pesquisa sobre a mulher é, para essas universitárias, um trabalho além de sua pesquisa principal, pela qual elas obtiveram ou esperam obter um reconhecimento científico. Seu ponto de referência não é o subcampo dos estudos sobre a mulher, mas o campo científico, o único capaz de lhes dar alguma legitimidade. Vindas de uma geração levada a militar no movimento das mulheres, parte delas, outrora militantes combativas, deseja agora se afastar da militância, ou mesmo nunca fez parte dela.

Assisti a reuniões de mulheres e de feministas e, para ser honesta, não gostava nem um pouco. Por isso me afastei desse tipo de coisa, mas diria que, contraditoriamente, em minha escrita pessoal, eu me impus o registro de uma feminilidade. Isso era absolutamente essencial para mim. Levou-me, entre escrita e leitura, a criar esse centro, mas sem nenhuma relação com a luta das mulheres. Há ainda em Paris e na França algo bastante complexo, que um dia deveria ser estudado. Digamos que aquelas que chamamos de intelectuais, as grandes intelectuais entre as quais me situam, não que eu me situe, mas me situam, têm um poder simbólico enorme; nós as conhecemos, Kristeva, Luce Irigaray e eu mesma – e somos citadas diariamente e em todos os jornais do mundo –, não são necessariamente militantes. Assim, há ainda uma confusão que vem do prestígio da publicação e que é bastante enganosa. Eu não penso em dizer, por exemplo, que me denomino militante, não é verdade, mas sou alguém que escreve e faz pesquisa. (Entrevista nº 26, professora de literatura na universidade, *agrégation*, tese de Estado, Paris).

Distanciar-se do movimento das mulheres é admitir, paralelamente, a incompatibilidade entre militância e pesquisa e, portanto, estabelecer regras de funcionamento para evitar qualquer confusão entre práticas militantes e práticas da pesquisa. Esses grupos organizam seminários de pesquisa fechados, em que o recrutamento se faz por cooptação a partir de critérios de excelência científica – “não queremos moças que não são boas em suas disciplinas” –, estudam temas específicos e programados e publicam seus resultados. Essas disposições e práticas levam esses grupos a defenderem uma pesquisa fundamental, teórica, que satisfaz a todas

as referências canônicas e à lógica do processo de pesquisa: revisar a literatura, conhecer e debater com os autores internacionais, produzir novos conhecimentos teóricos com relação aos trabalhos anteriores, produzir “rupturas epistemológicas” para analisar as relações entre masculino e feminino. Assim, essas fiéis à ortodoxia científica investem fortemente na carreira profissional. A interiorização da desvalorização do campo de estudos sobre a mulher determina dois tipos de estratégias – uma aberta, outra clandestina –, que variam conforme a po-

sição que ocupam na hierarquia: as universitárias de *rang A* mencionam em seus currículos suas pesquisas sobre a mulher, enquanto as de *rang B* as escondem: “Efetivamente, quando me submeto ao Conselho Nacional de Universidades [CNU], não cito jamais minhas publicações na revista, coloco outras, mas não essas; eu mesma as coloco de lado. Pode ser que eu esteja errada, mas é assim que eu procedo”.

(Entrevista nº 4, maître de conférences em Filosofia, agrégation, tese de terceiro ciclo, concluindo uma tese de Estado, cidade do interior).

A posição científica ortodoxa

Nos grupos militantes feministas, a militância se sobrepunha à pesquisa teórica, que no fim era apenas coadjuvante ou mais-valia da posição militante, que, por sua vez, em alguma medida era a decisão inicial a partir da qual a teoria só tinha que trazer “um algo a mais”, ou então ferramentas para sustentar e assentar a posição militante. Nós, ao contrário, descartamos essa posição, dado que o trabalho sobre a mulher, sobre o feminino, nos surgia como algo através do qual podíamos questionar, pois os outros trabalhos pareciam não levar a lugar nenhum. Para além do que tinha havido de positivo no movimento das mulheres, era necessário dar um passo a mais. Havia uma etapa a ser ultrapassada. A questão das mulheres permanecia prisioneira de uma militância que começava a patinar. Temos, acima de tudo, uma preocupação com o rigor teórico, um desejo de criar nosso próprio espaço e de não jurar lealdade a ninguém. Publicamos coisas que trilharam seu próprio caminho, sem fazer referência a ninguém. Construímos uma questão com toda liberdade... Não estar com o movimento das mulheres é uma questão de princípio. Fechamos o grupo para preservar uma unidade ideológica e teórica e porque, se fôssemos muito numerosas, não poderíamos trabalhar. Nosso desejo é delimitar um trabalho a partir do campo de nossas próprias disciplinas, a inscrição em uma disciplina é essencial. Mesmo que os caminhos umas das outras se separem, que nossos espaços diverjam, quero continuar a trabalhar com os quatro pilares do grupo e fazer repercutir essa reflexão teórica em um público culto... Mas esse espaço comum vem se esvaziando um pouco há uns dois anos devido às teses de Estado. Na sequência do efeito pós-1968, quando se recusava escrever uma tese, há uma reviravolta maciça, agora a carreira conta; nós damos um passo ou ficamos para trás, devemos honrá-la ou não. Tenho a sensação de que estamos no fim de alguma coisa. Vivemos juntas o que podíamos viver juntas; se desaparecemos, vou sentir falta de nossas relações de trabalho. Nós envelhecemos, ganhamos maturidade, os espaços de umas e outras se separam, o momento talvez tenha acabado, nossos objetivos são diferentes.

(Entrevista n.º 3, maître de conférences em Filosofia, agrégation, cidade do interior)

Por contraste, os grupos de base militante (o CLEF, o Seminário Limites-Fronteiras, o grupo SIMONE, o CRIF de Paris, NQF) são compostos de pesquisadoras e militantes que mantêm relações regulares com grupos de mulheres (casa de mulheres, apoio a mulheres vítimas de violência, planejamento familiar, cineclubes). Permanecendo militantes no movimento das mulheres e no campo dos estudos sobre a mulher, em cuja organização e difusão das pesquisas elas trabalharam, os membros desses grupos reivindicam o feminismo político e científico e exibem em sua “razão social” o adjetivo “feminista”. Ao contrário da categoria anterior, elas almejam defender as pesquisas feministas contra as pesquisas sobre a mulher. Sem pretensão teórica, esses grupos querem produzir conhecimentos sobre a questão das mulheres em ligação com o movimento social, atribuindo à pesquisa uma utilidade social e política. Com menos capital científico do que as anteriores (nenhuma é *rang A*, uma minoria delas fez uma tese de terceiro ciclo, apenas uma é *agrégée*), a maioria delas é psicóloga. Todos esses grupos compartilham o fato de difundir primeiramente a pesquisa e as informações no meio, coordenar pesquisas ou publicá-las, mais do que constituir centros de pesquisa. O CLEF, o grupo SIMONE e o CRIF de Paris criaram centros de documentação feminista e contaram com financiamento. Presentes no contexto da educação continuada e no primeiro ciclo³², essas universitárias não esperam obter do campo científico alguma legitimidade. Com um capital simbólico fundado em suas práticas militantes no movimento das mulheres e no campo de estudos femi-

nistas, elas têm como ponto de referência esse espaço que as reconheceu e, como se recusam a jogar o jogo legítimo, são marginalizadas pelas instituições.

Meus trabalhos eram considerados como atividade militante e, portanto, ilegítimos pela instituição, como todo o feminismo. Mesmo assim usei um pseudônimo em meu primeiro *paper* por dois motivos. Em primeiro lugar, era moda no movimento não assinar os artigos, permanecer no anonimato. Colocávamos apenas o primeiro nome. Havia uma determinação que vinha do movimento. Por outro lado, eu sentia o mesmo da instituição. Ora, dois anos depois, quando alguém me disse ‘Mas por que você não coloca este artigo em sua lista de publicações?’, dei um pulo para trás, era evidente. Seria algo realmente prejudicial para mim, mas em seguida é verdade que acabei refletindo sobre a questão e logo eu o coloquei na minha lista de publicações, o que não significava que isso não tinha se tornado perigoso, mas que essa batalha valia a pena, isto é, não aceitar o julgamento da instituição para a qual, por definição, se era feminista não era científico, mas eu sabia bem que eu corria um risco grande e isso teve seus custos em termos de carreira, isso é evidente. (Entrevista nº 32, *Chargée de recherche* em Sociologia no CNRS, Paris).

Embora as instituições marginalizem aquelas que não reconhecem sua legitimidade, um único grupo, o Seminário Limites-Fronteiras, reivindica, por sua vez, uma relação de exterioridade completa em relação às instituições, para criar um espaço

32. N.T.: Dos anos 1970 até 1990, o Primeiro Ciclo era sancionado pelo Diploma de Estudos Universitários Gerais (DEUG), conferido após os dois primeiros anos da faculdade. O Segundo Ciclo, por sua vez, correspondia aos diplomas de *licence* e *master*. Atualmente, o Primeiro Ciclo corresponde à graduação (*licence*) e o Segundo Ciclo, ao mestrado (*master*).

de discussão que ultrapasse as divisões entre as disciplinas, a distinção pesquisador/não pesquisador, a separação entre Ciências Exatas e Ciências Humanas.

Essa alternativa entre duas estratégias, separatista e integracionista, impõe-se a todos os agentes dominados por um subespaço do campo científico. Os pesquisadores se definem³³ com relação a ela em função da composição de seu capital científico e, portanto, de suas chances objetivas de integração ou de marginalização. Assim, ela divide o campo de estudos sobre a mulher em dois campos: fiéis e hereges. No entanto, de acordo com o mapa desenhado pelos grupos, do ponto de vista do campo científico ou do ponto de vista do movimento social, fiéis e hereges mudam de campo. Examinadas sob a perspectiva do movimento social, as “fiéis” se tornam “hereges” e “traidoras”, enquanto ser herege é um sinal de fidelidade. As categorias de percepção — “boa ou má pesquisadora”, “moça séria ou pouco confiável”, “carreirista ou colega”, “teórica ou militante” — servem também para distribuir os indivíduos em um campo ou em outro. Contudo, do ponto de vista do campo acadêmico, todas essas pesquisadoras são hereges, pois mesmo internalizando as regras da ciência ortodoxa, fazer estudos sobre a mulher supõe uma ruptura com os critérios acadêmicos.

Entre esses dois polos extremos, um terceiro conjunto (o GEF, o CEDREF, o GEDISST, o CEFUP, o CRIF de Bordeaux III e o APRE) ocupa uma posição intermediária

estruturalmente determinante. Com exceção do GEF, cuja atividade se interrompe em 1985, esses grupos são de criação recente, reconhecidos pelas instituições e têm sua pesquisa financiada; o GEDISST é um grupo institucional do CNRS. A Sociologia é a disciplina dominante nesses centros, compostos mais por pesquisadores do CNRS do que por professores, com uma forte homogeneidade de *status* (*rang B*, *chargées de recherche* e *maîtres de conférences*). Com exceção do CEDREF, cuja sigla contém a palavra “feminista”, esse termo não aparece em nenhum outro grupo, e o termo “mulher” é recusado categoricamente pela APRE e pelo GEDISST que buscam se distinguir dos centros de estudos sobre a mulher. No debate pesquisas sobre a mulher/pesquisas feministas, esses grupos deslocam a questão, afirmando que seu objeto não é as mulheres, mas a análise da “sexualização”, dos “vieses de sexo”³⁴ ou das relações sociais de sexo.

A cada vez que fazemos um pedido de renovação, é preciso brigar de novo para fazê-los entender que não estudamos a mulher. O próprio título do GEDISST, “Grupo de Estudos Sobre a Divisão Social e de Gênero do Trabalho”, é incompreensível para eles. No fim das contas, nunca ninguém me perguntou a respeito disso, nenhuma pergunta em momento algum. Temos a maior dificuldade de fazer com que reconheçam que nosso trabalho não é sobre a mulher, a questão não está resolvida. S., que me conhece há vinte anos, continua me dizen-

33. Cf, por exemplo, o dilema no qual se encontra o marxismo no campo da sociologia americana, que também impõe duas estratégias antagônicas, o separatismo e o integracionismo. Cf. L. J. -D. Wacquant, *Social Ontology, Epistemology and Class: On Wright's and Burawoy's Politics of Knowledge*, *Berkeley Journal of Sociology*, pp. 165-185.

34. “Interessei-me por aquilo que as americanas chamam de ‘viés de gênero’ em Psicologia. Nós fomos apresentar falas em mesas-redondas totalmente tradicionais de nossa disciplina, era uma forma de militância. Conseguimos difundir uma literatura anglo-saxônica e buscamos mostrar sua riqueza” (Entrevista nº 10, *chargée de recherches* em Psicologia, CNRS, cidade do interior).

do que meu trabalho é sobre a mulher. 'Quantas vezes vou precisar dizer que nenhuma de nós estuda a mulher?!'. Não ouvem e não conseguem ouvir. Há realmente uma depreciação constante. A cada vez é preciso explicar de novo, entrar na briga. Temos a sensação de não sermos muito reconhecidas... Não digo que nos tratem individualmente como subalternas, mas coletivamente, honestamente, para as pessoas, somos vistas como um grupo de mulherzinhas. Não há respeito científico, mesmo que todos digam: "Que ótimo, que equipe séria!". (Entrevista nº 28, *chargée d'études de recherche* em Sociologia, CNRS, Paris).

A invenção de uma terceira via, nem feminista, nem sobre a mulher, baseada na posição intermediária ocupada por esses grupos, determina práticas de pesquisa que conciliam ortodoxia científica e relação com movimentos sociais (associações de enfermagem, sindicatos, etc.). Como os grupos ortodoxos, essa terceira categoria espera uma legitimação por parte do campo científico; se, por um lado, ela busca manter distância do movimento das mulheres, ela associa os seminários ou à pesquisa, no entanto, categorias profissionais (enfermeiras, operárias, assistentes sociais) com as quais e sobre as quais elas trabalham.

A posição feminista

Distinguiu-se do movimento feminista um subconjunto que podemos chamar de mulheres envolvidas com as pesquisas feministas. Elas são feministas mais especializadas, mas ao mesmo tempo são mulheres que não têm necessariamente um grande engajamento político, podendo o feminismo ser seu único objeto de engajamento. Querem uma problemática forte, uma problemática feminista muito marcada, isto significa, no sentido mínimo do termo, reconhecer que há uma opressão das mulheres, ainda que se possa realizar estudos sobre a mulher sem se pronunciar sobre o fato de que um grupo é subordinado ou não... É possível de uma maneira voluntarista impedir a despolitização dos estudos feministas? Isso, para mim, é uma grande questão. Sustento uma teoria que, pode-se dizer, é um pouco gramsciana sobre a relação entre o movimento feminista e os estudos feministas, uma teoria um pouco do intelectual orgânico (faço uma caricatura de mim mesma). É preciso evitar usar uma linguagem que nos separe das pessoas com quem lutamos, se as pessoas não compreendem o que dizemos, não vale a pena. Precisamos saber a quem nos dirigimos, se é a outras feministas ou às nossas colegas da universidade, pois há possibilidade de traição, que é inerente à posição social de intelectual. Para mim, a única razão válida de estudar o que estudamos é que as mulheres são oprimidas e sofrem; senão não vale a pena se debruçar sobre esse assunto. Há uma ligação orgânica e voluntarista, um laço intelectual necessário entre um movimento feminista e os estudos sobre a mulher, pois a problemática dos estudos feministas não vem de um mundo intelectual, de um mundo de ideologias, e sim de um mundo de luta. A questão que me faço é não somente como pode haver estudos feministas politizados se não há mais movimento, mas também, futuramente, como pode haver estudos feministas, ponto? Penso que, no futuro, se não houver movimento, os estudos feministas estão condenados a não ser mais do que estudos clássicos sobre a mulher. É necessário que sua problemática venha de algum lugar, e

ela não pode ser endógena ao mundo da universidade. Ela vem de um engajamento político, que foi o que criou os estudos feministas. Não é um objeto especial, é um ponto de vista especial. O objeto existia, já havia estudos sobre a mulher, esse ponto de vista é gerado pela luta. Essa é questão que eu gostaria de fazer às mulheres universitárias que pensam que os estudos podem ser em si uma forma de militância. Eu digo que não. Para mim, a resposta é clara. Se não há um movimento atuando junto, um ímpeto, o impulso inicial que faz os estudos serem feministas, e não sobre a mulher, eles deixarão de existir. Penso que as universitárias têm muita dificuldade de enxergar isso. Muitas mulheres recusaram se dedicar à organização do meio sob o pretexto de que tinham seu próprio trabalho, sem enxergar que se não houvesse organização do meio e grupos de pressão para que esses estudos feministas existissem, elas logo não teriam mais trabalho, em todo caso, não esse trabalho.

(Entrevista nº 32, chargée de recherche em Sociologia, CNRS, Paris).

Esses centros se distinguem dos grupos ortodoxos por sua especialização na análise das relações sociais de sexo, enquanto estes últimos trabalham sobre essas mesmas questões em tempo parcial. Sua posição intermediária permite aos membros dessa terceira categoria conciliar ciência e feminismo e se integrar bem nas instituições em que elas têm responsabilidades como membros eleitos em comitê científico da ATP ou em comissões do CNRS.

Queríamos jogar o jogo, não nos apresentávamos de forma alguma como um grupo feminista, não era de modo algum nosso objetivo. Não buscávamos nos distinguir, não dizíamos ‘não somos feministas’. Simplesmente feminista não é um critério científico, ainda mais que tínhamos visto muitas amigas feministas dizer ou escrever muita bobagem. Não é porque se é feminista que se é boa pesquisadora. Acredito que há um cer-

to mal-estar. Em todo caso, eu pessoalmente entendo que não se deve se refugiar atrás da militância para escrever ou para dizer bobagem. Isso de forma nenhuma justifica o mau trabalho. É possível fazer uma sociologia feminista? Eu não tenho ideia. Sou feminista e faço sociologia, mas, por outro lado, a abordagem em termos de relações sociais de sexo é uma abordagem que resulta evidentemente das abordagens do feminismo. Ao mesmo tempo, isso significa não se contentar com a denúncia. A denúncia ocorreu por um tempo”. (Entrevista nº 30, chargée de recherche em Sociologia, CNRS, Paris).

Essa terceira via constitui o cerne do campo de estudos sobre a mulher, pois esses grupos trabalham em tempo integral sobre as relações sociais de sexo e publicam a maior parte dos textos. Por conseguinte, talvez essa via garanta a propagação e evolução do campo de estudos sobre a mulher³⁵.

35. Sem a intenção de atribuir o conteúdo científico dos estudos a uma posição ou a outra – distribuição que apenas uma análise aprofundada permitirá fazer e que será o objeto da segunda etapa desta pesquisa –, pode-se citar contudo algumas obras publicadas sob a responsabilidade de diferentes grupos. Cf., por exemplo, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, PUF, 1984, 320 p., pu-

Considerações finais: subversão indireta

No entanto, essa reprodução permanece incerta em razão das reclassificações individuais e reconversões temáticas e também devido à escassez de pesquisadores dispostos a se mobilizar pela sobrevivência do campo. De um campo político em que a questão era fazer com que um discurso de mulheres fosse ouvido e compreendido através de um trabalho coletivo anônimo, passou-se para um subcampo universitário desvalorizado, em que o trabalho individual é assinado por um pesquisador – seu nome esconde seu gênero –, em que o diálogo não se faz mais entre grupos, mas entre os grupos e as instituições. A evolução do campo caminha de fato para uma integração institucional cada vez maior, de tal maneira que as posições dos grupos intermediários se deslocam para regiões de espaço social ocupadas pelas “fiéis”. O divórcio estrutural entre feminismo e pesquisa está consumado; primeiramente, porque o movimento das mulheres atua cada vez menos, mas também porque a estratégia de integração institucional foi vitoriosa. Acatando as regras do jogo científico, os grupos e os indivíduos se fecharam ali, aceitando tomar o lugar dos poderes institucionais pa-

ra neutralizar e normatizar os estudos sobre a mulher, deles eliminando qualquer intenção subversiva. Aquelas que não aceitaram jogar o jogo das instituições sempre foram minoria; ora, essas hereges não tinham cacife para garantir uma relação de forças a seu favor, pois é preciso ter um grande capital científico e um grande capital militante para conseguir subverter as regras acadêmicas. A minoria atuante, única capaz de dar alguma chance a essa subversão, desviou-se dela para aplicar uma política de integração, através, por exemplo, de sua participação no comitê científico da ATP. As rebeldes de ontem tornaram-se “os adversários cúmplices” de hoje. O próprio potencial subversivo foi desvirtuado. Os grupos e os pesquisadores, quase unanimemente, recusaram a heterogeneidade das pesquisas sem perceber que ao mesmo tempo eles consentiam com a normatização universitária, maneira indireta de aceitar mais fortemente ainda o poder temporal dos universitários. Não obstante, deve-se analisar o discurso intelectual das mulheres para avaliar se também não foi neutralizado pelo trabalho de normatização do campo científico que, de uma maneira ainda muito mais sutil, tem força suficiente para impor a ele sua forma e seu conteúdo.

blicação coassinada por muitas participantes do *Atelier de production-reproduction* (APRE); C. Kergoat, *Les ouvrières*, Paris, Le Sycomore, 1982, 141 p. (Danièle Kergoat é responsável pelo GEDISST); a revista *Nouvelles questions féministes*, que publica três números por ano, cuja direção foi assumida por Simone de Beauvoir e redação por Christine Delphy em 1985; *Les femmes et la question du travail*, Lyon, PUL, 1984, sob a responsabilidade do *Centre lyonnais d'études féministes*; *Une histoire des femmes est-elle possible?*, sob a direção de Michèle Perrot, Paris, Rivages, 1984, 227 p., seis de seus autores participam do seminário sobre a história das mulheres na EHESS, que também publicou *Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie*, *Annales ESC*, 2, mar.-abr. 1968, pp. 271-293.

RESUMO

Este artigo analisa a gênese e as modalidades de constituição do campo de estudos feministas em suas relações no campo científico. As divisões entre ponto de vista feminista e ponto de vista científico “ortodoxo” estão atreladas às posições que os centros de pesquisa ocupam no espaço social em questão, estruturalmente determinadas, por sua vez, pelas características sociais dos membros de cada centro e pelas estratégias desses centros para obter legitimidade perante a instituição ou reconhecimento perante o movimento social. Percebe-se como a integração institucional que caracterizou o conjunto de estudos feministas desviou seu caráter subversivo em prol de sua inclusão marginal e pouco valorizada no campo científico.

PALAVRAS-CHAVE

Campo de estudos feministas. Centros de Estudos. Integração institucional. Campo científico.

ABSTRACT

This article analyses the genesis and the processes of constitution of the field of women's studies in its relationship with the scientific field. The divisions between the feminist viewpoint and the “orthodox” scientific viewpoint depend on the positions that the women's studies centres occupy in the social space in question; and these positions are themselves structurally determined by the social properties of the members of each centre and by the strategies adopted by these centres in pursuing institutional legitimacy or recognition by the social movement. It can be seen how the institutional integration that has characterised women's studies as a whole has blunted their subversive character for the sake of their marginal, devalued inclusion in the scientific field.

KEYWORDS

Field of women's studies. Studies centres. Institutional integration. Scientific field

Recebido em: 01/03/2019

Aprovado em: 31/07/2019